



## INTOLERÂNCIA COM RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS NO PÁIS LAICO

### Autor(res)

Regina Maria Pinna Trindade  
Analy Lorenzzoni Rocha Lopez  
Patricia Lima  
Anderson Akira Watanabe

### Categoria do Trabalho

TCC

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE GUARULHOS

### Introdução

A intolerância religiosa no Brasil afeta especialmente as religiões de matriz africana, que enfrentam preconceito e dificuldades para exercer sua liberdade de crença, apesar da garantia constitucional do Estado laico. Essa discriminação, ligada ao racismo estrutural e ao fanatismo religioso, marginaliza essas comunidades e limita a efetividade do direito à igualdade e à liberdade religiosa.

O estudo busca analisar como a intolerância se manifesta e de que forma o ordenamento jurídico pode proteger melhor essas religiões, considerando falhas na aplicação dos direitos fundamentais. O objetivo é examinar juridicamente a relação entre Estado laico e liberdade religiosa, identificar práticas discriminatórias e lacunas legais, além de propor medidas que promovam uma sociedade mais inclusiva.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, com análise bibliográfica, documental, legislação, jurisprudência e políticas públicas, a fim de sugerir estratégias para fortalecer a proteção legal e social das religiões afro-brasileiras.

### Objetivo

Analisar como o Estado laico brasileiro lida com a intolerância religiosa contra religiões de matriz africana, considerando a influência histórica da colonização e da Igreja, a relação entre racismo estrutural e religioso, as contradições da Constituição de 1988, a eficácia das proteções jurídicas e penais, bem como casos concretos de discriminação

### Material e Métodos

A metodologia a ser empregada neste trabalho será uma Revisão Bibliográfica, de caráter qualitativo e descritivo. A pesquisa consistirá na seleção, análise e interpretação de livros, artigos científicos e dissertações publicadas nos últimos dez anos. Serão incluídas apenas obras redigidas em português e inglês, enquanto artigos de revisão, resumos e publicações que não apresentem análise profunda sobre o tema serão excluídos. A busca foi realizada em bases de dados como Google Acadêmico, SciELO e periódicos online de direito e ciências sociais. As palavras-chave que nortearão a pesquisa incluem: "intolerância religiosa", "religiões de matrizes africanas", "Estado laico", "racismo religioso" e "liberdade religiosa". O material selecionado será utilizado para fundamentar as discussões sobre a relação entre intolerância religiosa, racismo estrutural e o papel do Estado na promoção da

liberdade religiosa no Brasil.

## Resultados e Discussão

A pesquisa mostra que a intolerância religiosa contra religiões de matriz africana no Brasil é resultado de fatores históricos, culturais e sociais, ligados principalmente ao racismo estrutural. A análise evidencia que, embora a Constituição de 1988 garanta liberdade religiosa e o Estado laico, na prática persiste a exclusão e a marginalização desses grupos.

O artigo 5º, inciso VI, da Constituição Federal estabelece que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos”, enquanto o inciso VIII garante “a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. No entanto, os dados indicam que os terreiros continuam sofrendo ataques físicos e simbólicos, muitas vezes motivados pelo preconceito enraizado e pelo fanatismo religioso, o que demonstra a violação direta desses dispositivos constitucionais.

Além disso, as vítimas encontram dificuldades em denunciar e obter proteção efetiva, o que evidencia falhas na aplicação das normas jurídicas e na atuação das políticas públicas. Outro ponto discutido é a permanência da influência colonial e da Igreja na construção do conceito de laicidade no Brasil, o que fragiliza a neutralidade do Estado. Essa fragilidade contraria o artigo 19, inciso I, que veda ao Estado “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança”. A persistência de vínculos simbólicos com determinadas religiões cristãs compromete a imparcialidade estatal e contribui para a marginalização das religiões afro-brasileiras.

Apesar de haver legislações e mecanismos de proteção, eles se mostram insuficientes diante da realidade de intolerância. Assim, os resultados reforçam que a intolerância religiosa contra religiões afro-brasileiras não é apenas uma questão de fé, mas também de racismo e desigualdade estrutural. Torna-se necessário fortalecer políticas públicas, ampliar a efetividade das normas jurídicas e promover ações educativas que combatam o preconceito e garantam a liberdade religiosa de forma real.

Nesse contexto, o artigo 210, §1º da Constituição Federal, que prevê o ensino religioso de matrícula facultativa nas escolas públicas, deve ser interpretado como uma ferramenta para promover o respeito à diversidade religiosa. No entanto, é fundamental que esse ensino seja plural e não privilegie uma única tradição religiosa, contribuindo para a desconstrução de estigmas e para a valorização das religiões de matriz africana.

## Conclusão

A efetividade da proteção jurídica às religiões de matriz africana no Brasil depende do reconhecimento de que elas ainda são tratadas de forma desigual pelo Estado e pelas instituições. Apesar da garantia constitucional da liberdade religiosa, praticantes

continuam sofrendo intolerância e omissão estatal, reflexo do racismo estrutural e de um sistema que privilegia religiões dominantes.

Para superar esse cenário, é necessário compreender que neutralidade não significa omissão: proteger grupos vulneráveis exige ações e políticas públicas consistentes.

## Referências

- BARNABÉ, Eduardo Gomes; SILVA, Ivo Pereira da; NOGUEIRA, Teresinha de Jesus Araújo Magalhães. Conceitos introdutórios: direito religioso, liberdade religiosa e Estado laico. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública – Enap, 2021. (Módulo 1 – Curso de Educação a Distância),
- BERSANI, Humberto. Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. Extraprensa, São Paulo, v.



## 28º Encontro de Atividades Científicas

03 a 07 de novembro de 2025

Evento Online

11, n. 2, p. 175–196, jan./jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2018.148025>,  
CARRIJO, Elisaura de Fátima Martins. Os fundamentos do ódio: história do conceito de intolerância e intolerância religiosa e o seu lócus na contemporaneidade. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, v. 15, n. 3, p. 583–597, 2021,  
SILVA, Fernando Ademar da. Racismo religioso e o direito de liberdade de culto previsto na Constituição Federal de 1988. *Revista em Favor de Igualdade Racial*, Rio Branco – Acre, v. 7, n. 2, p. 68–79, maio/ago. 2024,  
MONTERO, Paula. Secularismo brasileiro à luz das categorias de “injúria” e “intolerância religiosa”. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 21, n. 40, p. 55-60, ago./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8136.120363>,